

■ A fronteira como método e como “lugar” de lutas segundo Sandro Mezzadra

.....**Pedro Cláudio Cunca Bocayuva**

Apresentação

A vinda do Professor Sandro Mezzadra da Universidade de Bolonha ao Rio e Janeiro, para um Seminário sobre temas da Globalização, a convite da Rede Universidade Nômade e do Professor Giuseppe Cocco da UFRJ, permitiu-nos realizar um encontro com professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação no Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI). Os presentes nessa palestra debateram sobre as questões apresentadas pelo Professor Mezzadra, relativas aos estudos críticos das fronteiras.

Nesse texto procuramos recuperar e refletir sobre o alcance e a contribuição de Sandro Mezzadra, a partir das questões que trabalhamos na disciplina “Globalização da Política” no IRI-PUC, por considerarmos que ele sustenta uma argumentação sólida para fundamentar uma abordagem adequada para a reflexão sobre dinâmicas de desterritorialização, migrações, fugas, êxodos e diásporas relacionando esses movimentos com o efeito “produtivo” das *borders struggles* na contemporaneidade. Procuramos explorar a relação entre as questões suscitadas desde a concepção de direito de fuga. Refletimos acerca do alcance e implicações da noção de fronteira como o dispositivo metodológico central, a chave para apreendermos e conhecermos as potencialidades subjetivas que se projetam no campo dos estudos e na agenda de pesquisa em relações internacionais. A partir das nossas pesquisas acerca espaço urbano global, com foco nos países BRICS, nos aproximamos de Sandro Mezzadra no seu esforço de valorização da dimensão produtiva, econômica e política que podemos apreender das dinâmicas espaciais que resultam das transformações ligadas aos vetores de mobilidade que ligam migrações e fronteiras.

Nossa escuta da reflexão de Sandro Mezzadra é marcada pela formulação da ideia de uma “nova centralidade da periferia”, como território produtivo, como subjetividade coletiva. O que parece ter encontrado consonância na via dos efeitos da produção social do espaço urbano global, no que os efeitos de luta precisam ir além das formas atuais de pensarmos a relação entre cidadania e soberania.

A produção do direito a ter direito de produzir cidade, do direito à cidade como formulada por Mezzadra poder ser um bom caminho para resolver certas questões antecipadas, não resolvidas por Henri Lefebvre. Na sua proposta de direito à cidade, pela via da revolução cultural urbana, parte da reprodução social e relaciona a subjetividade e o produtivo no espaço substituindo a fábrica pela cidade. O fenômeno urbano além de espaço da reprodução social como estrutura da vida cotidiana (*everyday life*) constitui-se como a verdadeira infraestrutura do regime de acumulação na sociedade programada de consumo de massas. Esse processo se amplia e radicaliza para Mezzadra no contexto do capitalismo cognitivo, no modo de desenvolvimento flexível em rede que comanda os agenciamentos produtivos que buscam capturar a potência subjetiva e material sensível, de criação de imagens e objetos, o poder de produção afetivo-reprodutiva e intelectual coletiva do corpo produtivo das multidões na cidade. No momento em que as formas de vida, o imaterial, as redes, as virtualidades e os serviços entram no centro do espetáculo comandado pelas tecnologias de inteligência e pela fabricação de formas de vida, pela capacidade de criação linguística comunicativa, de formas de relacionamento (redes sociais e técnicas) e contato. Onde os domínios de subjetivação ganham um novo valor ao lado das potencialidades criativas e inventivas de novos processos e produtos.

A resposta aos dilemas de uma leitura com base nas reconfigurações espaciais, passa pelas fronteiras, por força das distintas faces da globalização como resultante das novas recomposições técnicas do capital pela via de novas espacializações; em conflito com a variação e diversidade do potencial subjetivo que emana da energia e da inteligência e do corpo produtivo das classes e populações oprimidas. As únicas capazes de gerar formas de riqueza, enquanto formas de singularização de vida, enquanto potência de criação do comum.

A dimensão espacial/territorial da espoliação e seu resultado abstrato, pela dominante da mais-valia global financeirizada, são desvendados pelo trabalho de pesquisa engajada realizada por estudiosos da globalização. Aquelas e aqueles que, como Mezzadra, buscam apontar para importância da articulação da projeção conceitual e dos estudos empíricos sobre as fronteiras em movimento.

Ritmo

No trabalho de Sandro Mezzadra se projeta uma perspectiva análoga a dos estudos das dinâmicas espaciais no âmbito da geografia humana e da sociologia urbana. No campo das relações internacionais essa abordagem serve para realizar o estudo de parte das tendências da globalização.

Os estudos críticos sobre as fronteiras ampliam o mapa cognitivo que nos permite melhor situar os processos que captam as narrativas, da potência subjetiva presente nos percursos da circulação de capitais e pessoas apoiada na emergência de um meio técnico-informacional e comunicacional. O fluxo de capitais e o movimento do corpo das multidões percorrem as redes e as vias de fuga, enquanto espaços de mobilidade sem os quais o capitalismo não pode capturar e imprimir os padrões globais de flexibilidade.

A acumulação na escala mundial imprime uma aceleração, um efeito “dromológico” (VIRILIO, 1996) que comprime o espaço das práticas. A lógica temporal da acumulação ilimitada é marcada pela avidez de uma apropriação espoliativa dúplice, dos recursos ambientais e energéticos escassos e, da força social produtiva do trabalho vivo, cujas capacidades cognitivas, linguísticas e sensíveis funcionam como fonte da nova riqueza imaterial. Nos movimentos migratórios vemos as condições e o custo de situações “sobre-humanas”, de exceção e de excesso que devem ser postas na perspectiva de novos possíveis, como um otimismo da vontade que se apoia na leitura dos elementos potencialmente libertários presentes nas práticas de fuga e penetração.

O período atual do grande ajuste espacial e das grandes migrações é marcado pelo sofrimento pessoal e coletivo, pelas grandes perdas humanas que se dão ao longo dos percursos da mobilidade mais ou menos forçada. As migrações são uma forma que, segundo Mezzadra, podem ser pensadas como objeto autônomo, onde as práticas individuais e coletivas são mediadas por modos de subjetivação, cuja radicalidade e diversidade devem ser contrapostas aos riscos das violações, porque é capaz de engendrar novas conquistas.

Sandro Mezzadra arrisca na proposta de uma reavaliação dos processos de “desplazameinto” (como os que ocorrem nas guerras civis da América Latina) e migrações, opondo-se ao prisma que busca perceber apenas os danos, as violações e o corpo das vítimas, com suas respostas restritas de negação e denúncia. A leitura da experiência coletiva das populações em movimento sugere um potencial subjetivo, cultural e organizativo que emerge por meio de novas correlações de força entre as classes, derivada da sua presença na constituição de novas espacialidades e composições sócio-produtivas com seus efeitos na esfera jurídica (marcada pelas batalhas por reconhecimento e legitimação).

A análise de situação no sentido gramsciano (face aos momentos corporativo, tático e estratégico militar) deve proceder como uma leitura que desnaturaliza os limites e as fronteiras que proliferam em meio a novos regimes de controle e segurança, processos que definem a necessidade de uma análise de

rítmos como foi sugerido por Henri Lefebvre. Posto que, para Sandro Mezzadra, de certa maneira, a fronteira é o sintoma do declínio da soberania clássica, que também tem de se adaptar ao quadro de crise e transição produtiva pela via do ajuste por meio das tecnologias flexíveis, dos dispositivos de reorganização de mobilidades e das pelas redes nos territórios. Os poderes hegemônicos se flexibilizam diante de uma nova materialidade do poder constituinte, que nasceu da recusa dos limites impostos pelo regime fordista de acumulação e pelas limitações do capitalismo industrial.

Mezzadra aponta para os transbordamento dos limites de contenção da mobilidades dos grupos sociais subalternos, pois que eles rompem as represas físicas, policiais, jurídicas e imagéticas que são as fronteiras. Por isso, é preciso notar as conquistas e esperanças nascidas no movimento contraditório que parte das fugas e resistências. O movimento de circulação global, de “nomadismo”, que define o quadro das relações sociais globais. Precisamos definir o período inaugurado ao final do século XX como de mudança de formas históricas, dos regimes e modos de acumulação o que gera efeitos propícios para a emergência de táticas com conteúdo potencial emancipatório (estratégico).

Fronteiras

Os modos de produção e as práticas sociais lidas desde o ângulo das reconfigurações sócio-espaciais informam o quadro subjetivo (cultural e organizativo) bem como a materialidade das lutas de fronteiras. A correlação de forças e as relações sociais se constituem atravessando e produzindo instituições e modos de vida territorializados. Sandro Mezzadra pensa as transformações do sistema mundo capitalista a partir de uma noção ampliada de fronteira. Nas “borders” se cruzam as mais diversas formas de espacialização, de modo que podemos avançar ao conceituar as fronteiras: como o conjunto de lugares de exercício intensificado de tensões derivadas do poder de controle das soberanias em crise pressionadas pelo movimento necessário do chamado “trabalho da multidão”, com seus efeitos produtivos.

O capital como relação social é sempre o resultado dos intentos de captura e controle do poder cooperativo do trabalho vivo que é o motor da cooperação produtiva que resulta de margens de autonomia, no movimento que, paradoxalmente, é condição geradora de riqueza. A mais-valia social só pode ser capturada na base de arquiteturas, instituições e espaços moldados por dispositivos e sistemas de informação, controle e comando que funciona através de novas tecnologias de poder biopolítico, Os recursos jurídicos de poder tentam moldar

com apoio em máquinas de convencimento e coerção a força subjetiva que opera a máquina de produção.

A fronteira é um ponto de construção dessa limitação orgânica, como forma de organização de perfis e imposição de critérios de hierarquização, divisão e segregação. As tecnologias de informação e comunicação são articuladas para impor registros de diferenciação e gradação de condições para os processos de socialização pela subjetivação dos sujeitos precários, dos consumidores moldáveis e dos novos empreendedoras. O novo espírito do capitalismo programa e projeta a fabricação dos indivíduos consumidores, egoístas ou dos papéis étnicos fixos, necessários para o ingresso na vida cotidiana, pela sua adequação ao modo de produção e consumo, na reprodução ampliada que se dá nos enormes espaços da mundialização urbana do século XXI.

A fronteira se articula como um lugar de fabricação do inimigo. O bloco dominante no plano nacional – com suas alianças transnacionais – se apoia na criação de polaridades que se projetam na montagem da imagem do “outro”, como o discurso sobre o criminoso, o fanático, o terrorista, o bárbaro, o desqualificado, etc. A espetacularização dos eventos e dos fenômenos de psicologia de massas completam o peso das tecnologias de assujeitamento, crueldade e de produção das síndromes individuais e coletivas de pânico.

A prática do poder de limitar as passagens se dá pela repetição de certo imaginário, romper com esse quadro passa pela produção de um efeito de inversão. Contra discursos servem para uma estratégia distinta dos modelos de redução identitária. As políticas de recusa são a outra face, que parte do direito de fuga e que agora se manifesta pela via da chamada desobediência civil nas suas mais diversas formas na direção de um novo direito à cidade.

Os movimentos sociais alterglobais e os processos do tipo *occupy*, assim como as lutas indígenas, fazem parte de uma cultura voltada para mudar o poder. Cujas práticas pretendem se afastar do objetivo tradicional, do pressuposto da vontade de poder como desejo de dominação sobre o corpo e a vontade do outro. Os temas da cooperação e do comum são parte desse movimento que combina a busca de outra economia com a visão de mudança na forma e no conteúdo dos modos de governar. A noção de *Commonwealth* reaparece, no discurso crítico contra espoliação e no imaginário afirmativo da luta por igual-liberdade na via de produzir o sentido de pertencimento, da cidade como obra, na reinvenção do espaço da polis e no compartilhar a riqueza comum.

Dispositivos

A identificação de pontos onde se dá o uso intensivo de práticas instituintes de segregação e captura se liga com a dimensão relativa das práticas de autonomia que promovem a disputa de posições. Os processos de fronteira ganham formas mais ou menos móveis capazes de impor restrições de acesso, social e espacial, para os distintos setores de populações precarizadas e vulneráveis que se colocam em movimento. Por cima ou por baixo a divisão social e espacial do poder é afetada pelo impacto das formações dos dispositivos de fronteira.

As formas jurídicas e o discurso da ordem promovem delimitações e institucionalidades ligadas aos regimes de controle de acesso, aos regimes de segurança que se internalizam e se externalizam por meio da fronteira que se (co)rompe. Os mecanismos e o corpo de funcionários de máquinas de controle são cada vez mais presentes no espaço, como parte da crise da fronteira como delimitação estática. A fronteira tecnologicamente flexível e seus muros, que na sua forma mais restrita e grosseira se montam em pontos de barragem, ligados por sistemas de câmeras e redes cibernéticas de identificação e segurança apoiadas em aparelhos policiais / militares, por empresas transnacionais de segurança, por forças mercenárias e por vigilantes.

Os lugares ditos de fronteira são marcados por formas variadas e contraditórias de práticas de classe empenhadas na apropriação de meios, conhecimentos, recursos e instituições. Para Mezzadra existe uma gramática viva de conflitos que se manifestam na diversidade das táticas de resistência, de dominação, de agenciamento e de hegemonia, ao fixar os blocos e alianças, ao se estruturar em linguagens e práticas de pretensão envolvente e totalizante. A eficácia ideológica se realiza no movimento de usar a fronteira como mecanismo que permite convidar certos grupos para o gozo e usufruto, em nome da competição e do crescimento da riqueza, com a mesma razão que cinicamente justifica as limitações, como parte da promoção da necessidade da austeridade, da estabilidade e da ordem.

As lutas de fronteira se dão através do uso e formação de modos de governar, de tecnologias de segurança que se projetam como novas espacialidades, que forçam as contramanobras. O que inclui o uso crescente de mecanismos de tradução e manejo de dimensões e competências linguístico comunicativas por parte de pessoas e grupos que se deslocam, por parte de movimentos e organizações que se rebelam. A gestão da política econômica e das ações de governo procura repetir essa capacidade técnica de “abrir e fechar”, de envolver, de filtrar, de propiciar e de eliminar, enquanto sistema flexível de exercício do poder sobre a população. As máquinas e processos eleitorais são cada vez mais marcados

pelas técnicas de mercado, pelos especialistas, pelos fiscais e juizes. O judiciário se projeta como uma sombra que decide em última instância o regime de penas, expulsões e permissões.

A função da fronteira se projeta na sua relação com a formação das relações de classe, pelo seu peso de distribuição de vistos e contratos. A forma jurídica (da fronteira) atinge de maneira emblemática a constituição material das formas políticas, influenciando na composição social e técnica e na gestão do trabalho vivo. A produtividade social para o capital depende desse papel paradigmático, que parte da metáfora da fronteira, que se inscreve no código social e tecnológico, jurídico e político, inscrito na reprodução das relações capitalistas de produção que estão sendo atualizada pelo chamado regime propriedade intelectual.

Saberes

As tecnologias organizadoras de lugares tem seu uso voltado para o (re) configurar das posições. Para o seu uso na montagem de territórios delimitados. O que exige por parte das forças sócias subalternas a montagem de dispositivos para escapar das capturas, dos novos cerceamentos. As práticas de mobilidade, fuga e resistência podem ser analisadas nas conjunturas locais, pela cartografia das práticas dos indivíduos e classes afetadas pelas ações de espoliação e destituição, pelas várias guerras civis, num quadro de conflitos que se alastram por questões étnicas, por recursos e por acesso.

Os novos cenários táticos dos deslocamentos individuais e coletivos dos grupos oprimidos são constitutivos de práticas espaciais que se dão como manobras, como ações molares e como atravessamento, como cruzamento e passagem por fronteiras. Como diria Ana Clara Torres Ribeiro, as formas de poder se mesclam pela lógica unificada da capacidade de lidar com a dupla face do conceito de rede, a social e a técnica. A apropriação e hierarquização dos saberes pela via de um regime de produção da verdade são indispensáveis para a constituição da máquina técnica da política e da doutrina da segurança, com suas normas e regimentos de administração de aparatos e exercício de biopoder, de poder sobre as populações a partir de abordagens de pretensão educativa e ou normalizadora.

As manobras de resistência no território projetam a disputa para o campo das técnicas sociais que informam a luta, sempre travada (na dimensão espacial) para ter um desfecho na organização dos territórios pelos seus usos (SANTOS, 2008), dentro da temporalidade que se sustenta como cotidiano. O que explica os fenômenos explosivos que podem surgir nas fronteiras montadas com tecnologias

de poder que buscam desqualificar os saberes e as tecnologias de organização das práticas locais das classes subalternas.

Mezzadra faz a crítica do tratamento histórico da fronteira dado pela abordagem geopolítica clássica. O estudo da fronteira, como expressão do poder de recortar e delimitar o dentro e o fora articulado pela divisão internacional do trabalho/mercado mundial sobre um processo de metamorfoses. A soberania moderna separou o espaço nacional e o estrangeiro, ligando o território e o Estado nacional no quadro do desenvolvimento desigual em meio ao modo anárquico e a prática realista do poder institucional dos estados como atores independentes exclusivos. O da competição entre indivíduos com seus cálculos racionais se projetava para a racionalidade das estratégias de poder com base no interesse nacional, no âmbito da delimitação da fronteira nacional que foi se constituindo como a forma mais acabada de soberania no sistema mundo moderno.

A implosão desse quadro deve ser compreendida a partir da interrogação contemporânea que atualiza a contradição imanente ao capitalismo, pelas contradições da sua dialética de mobilidade estruturante de modos de subjetivação construídos sob a égide de delimitações, de margens, de centralidades, de subordinações. O distanciamento é cada vez mais subordinado ao estranhamento, os modos de segregação são feitos pela distribuição com graus crescentes de encarceramento e judiciarização graduados para um regime de produção com base na relação entre precariedade e conectividade. As bordas, as dobras e as superfícies são trabalhadas de modo que as rugosidades aparecem no espaço unificado, cuja mundialização acaba seguindo a forma geofísica dos arquipélagos (VELTZ, 1996).

Soberania

Na atualidade vivemos as metamorfoses da soberania, traduzida em novos fenômenos de fronteira enquanto conjunto de delimitações realizadas pelo poder, como espaço de lutas e como traçado e organização de lugares. O que pode ser identificado em fenômenos complexos de migrações massivas, de montagem de zonas especiais amparadas por regimes jurídicos ditos especiais (inclusive com a reinvenção e inversão pós-colonial da extraterritorialidade e da cessão de soberania como um artifício de adequação). A difusão de um novo constitucionalismo global que se apoia no neoliberalismo disciplinar (GILL, 2007) é uma fórmula bastante adequada para dialogar com o método de pensar a partir da noção de fronteira.

A diversificação se fronteiras vem se relacionando com a criação de zonas delimitadas e fluxos de bens, serviços, mercadorias, informação e pessoas. Os novos limites se instituem articulando conjuntos de intentos de controle de novas práticas e novas normas presentes nas esferas de transnacionalização. Os impulsos da mundialização promovem transformações subjetivas, que acentuam modos culturais heterogêneos, presentes com força no plano subnacional e no supranacional, que são planos mais propícios para identificarmos as formas institucionais emergentes do global. Os Estados nacionais são operadores de tecnologias de poder que favorecem os processos de atração de capital e a organização de lugares, bem como o barateamento de custos para a combinação de meios e forças.

As tecnologias de informação e comunicação são a base de dispositivos cibernéticos que combinam as funções de comando e os discursos legitimadores dos regimes de segurança. A soberania se exerce desde uma cibernáquina policial e comunicacional com força de encarcerar, distribuir e dispersar, com efeito direto sobre a constituição da força de trabalho no território e na rede em contextos pós-fordistas (subordinando práticas do regime industrial que se intensifica, pelo (neo)taylorismo e pelo neofordismo, como em parte dos países em desenvolvimento e no leste asiático, com a componente da dominação étnica e da exploração do trabalho das mulheres).

A compressão temporal se intensifica no que se refere ao uso de tecnologias de controle e governo sobre os territórios, o que diversifica a questão da delimitação, da hierarquização e das clivagens sociais e étnicas na relação com as barreiras e a porosidade das fronteiras. As barreiras visíveis de controle e filtragem de pessoas, os pontos de cruzamento dos vários capitais no oceano das mercadorias, atingem e forma arquipélagos de lugares, redes de cidades, zonas diferenciadas que expressam o modo difuso e complexo das novas reterritorializações e das novas soberanias cruzadas, interdependentes e imperiais.

O espaço liso e flexível para os capitais é na realidade o espaço rugoso dos regimes de fronteira. Na era do capitalismo global vemos o retorno ao espaço como condição de alongamento e diversificação de empreendimentos necessários ao capital globalizado, que de forma paradoxal é sobredeterminado pelas táticas de fuga e pelas configurações de espaços de autonomia, em processos como os da ocupação nas cidades e o do código aberto e das práticas do comum na web.

Sandro Mezzadra aponta para o fato de que as manobras de reconfiguração de posições nos processos de globalização vão opondo acumulação originária permanente, capitalismo financeirizado e flexibilidade espúria, aos processos de resistência e cooperação geradora de um excedente não capturável. As ambivalên-

cias da mobilidade se relacionam com a polarização entre, por um lado, cenários de violência pela forma de novos cercamentos ou da nova grande transformação conduzida em nome do alisamento do espaço para o capital e, por outro, cenários de fuga e resistência, cenários de destituição e desfiliação de direitos e cenários de produção de direitos a partir da ocupação e do acesso com base na autonomia relativa que nasce das lutas de fronteira (posto que os subalternos são atravessados e atravessam os limites, as barreiras).

Subjetividade

O trabalho vivo possui um potencial imanente capaz de produzir formas de mobilização (re) produtiva e modos de viver através das redes cibernéticas. A linguagem e as práticas de resistência e mobilidade partem de processos atuais tão significativos quanto aqueles envolvidos nos processos de longa duração como práticas apoiadas na subjetividade que se manifesta como direito de fuga. Esse direito constitui uma forma de responder aos processos de espoliação e ao trabalho coercitivo, é também o marco conceitual para tratar da resistência através de ações (de fuga) na direção de posições distintas. Meio pelo qual podemos identificar os enfrentamentos travados contra os modos de subordinação, e força da coerção que se exerceu historicamente pela via do trabalho forçado e da coação para o assalariamento "bridado" (MOULIER-BOUTANG, 1998). Na modernidade colonial capitalista em crise ou na era pós-fordista as dinâmicas emancipatórias se inscrevem sob a forma de táticas diferenciadas de exercício de autonomia.

A criação de espaços e trajetórias de resistência se inscreve na chave do direito de fuga enquanto uma via de lutas pela produção de práticas territoriais, pela via das práticas que tensionam, pulverizam e deslocam populações. Pelas operações táticas que diversificam os modos de configurar as divisões e separações do corpo social, por meio da potência subjetivadora, da produção de relações sociais no espaço. Vivemos no século XXI sob o efeito da diversidade de dinâmicas espaciais, de regimes de fronteira. Onde as delimitações e demarcações territoriais se inscrevem de maneira mais direta como espaço de luta material e imagética. O fenômeno das fronteiras afeta a constituição material das formas políticas e legais.

As táticas e estratégias de fuga, desvio e construção de espaços de tensão autônoma se fazem pelos deslocamentos ditos nômades, pensados com base em Deleuze e Guattari (*Anti-Édipo* e *Mil Platôs*) de que se servem Negri, Hardt e Cocco. Os deslocamentos multitudinários podem ser pensados, como propõe Mezzadra, enquanto componente produtivo chave das globalizações do ponto de

vista material, cultural e político. A fuga dos subalternos nem sempre é percebida dado que se realiza nos poros e porões da vida cotidiana, com grandes explosões de acúmulo e da sua exploração via grandes campanhas midiáticas.

A razão cínica busca justificar por meio de caricaturas os distintos modos de tratamento do corpo coletivo dos migrantes, por meio de estratégias de diferenciações e mecanismos de geometrização. A “dosimetria” de que tanto se fala na atualidade parece ser o modo de aplicação da força da lei (seguindo as pegadas de Derrida) com suas formas abstratas de reificação e violência material e simbólica pela rearticulação de procedimentos que combinam os critérios de pena e os usos da prisão.

Sem o direito de fuga não haveria como entender a extensão dos sistemas de judiciarização de populações por meio de classificações e padronizações de hierarquias, éticas, etárias e de gênero, que são sobredeterminadas por mapas que sinalizam áreas de risco, com o complemento do chamado mapeamento de conflitos. Sem o direito de fuga o capitalismo não teria de lutar para capturar a força da potência excedentária do trabalho vivo, sem a qual o modo de reprodução da riqueza se esteriliza. Sem o direito de fuga viveríamos na chave do choque de civilizações. A afirmação da diferença pós-colonial é tão forte como a reivindicação de direitos de acesso de que são portadores os migrantes conscientes da cobrança real das reparações face ao colonial, face ao imperialismo, face ao globalismo neoliberal.

Conjuntura

Na era do trabalho imaterial e das dinâmicas biorreprodutivas, que atravessam os modos de produção linguísticos, comunicativos, semióticos e mobilizadores de afeto, temos lutas geradoras do novo quadro ligado ao conceito de comum (basta pensar no *general intellect* definido por Marx). Isto ajuda a recolocar o tema emancipação sem o qual o capitalismo seria um modo exclusivo e totalitário de dominação e ou de exclusão, sem o qual seriam impossíveis e impensáveis novas configurações sócio-espaciais e avanços na direção de modos de produção associados e sustentáveis.

Os conflitos globais e o estatuto de migrantes e refugiados, com os seus recortes de gênero, geração, língua e cultura. As diferentes direções que tomam as migrações, dentro dos países e para fora de seus limites, resultam na formação de processos institucionais e jurídicos variados. No uso de tecnologias de poder e no enquadramento cultural vemos batalhas por reconhecimento, processos de

identificação, de classificação e de segregação nos diferentes territórios/fronteiras locais, nacionais e regionais no quadro de transnacionalização das práticas.

Nos lugares onde se formam os novos conjuntos ou novas assembleias de relações sociais se condensam os resultados do impacto da mobilidade, com suas dimensões de relativa autonomia. O movimento de emergência de relações sociais complexas se projeta pelo molde das novas formas e direções conflituais para a emigração e a imigração. As passagens e roteiros multidirecionais da logística de capitais e mercadorias, de redes imateriais e das dinâmicas sociais em rede se materializam como formas de fluxo de bens, serviços e capitais, assim como de fuga e mobilidade de populações.

Vivemos hoje em meio a distintas conjunturas (de crise e transição) que se materializam em paisagens e contextos de guerras, caos urbano, catástrofes ambientais, explosões financeiras, surtos epidêmicos, ações repressivas, e as ondas reais e imagéticas de terror e medo. Onde perseguições raciais são entrelaçadas nos modos de produção e luta em torno da mobilidade humana, nos cruzamentos e barreiras que se constituem como espaço do desenvolvimento desigual da divisão capitalista globalizada do trabalho.

Cercamentos

No quadro ainda dominado pela agenda da precarização e dos “novos cercamentos do comum”. A “via única” se realiza de maneira escancarada em nome da flexibilidade espúria e seletiva do capital com sua base de sustentação nas tecnologias de processo, produto e organização, com suas formas e subsistemas comunicativos, cognitivos, biológicos, jurídicos. No processo comandado pela lógica abstrata das finanças no sentido da acumulação ilimitada.

O quadro de polarizações atuais é dado pelo contraste entre as formas de violência estatal e a social, a material e a imaterial que se intensificam. Quanto mais condensação mais intensidade. Quanto mais fricção e rugosidade são maiores os números de vítimas. Como sempre não é a pobreza o principal componente da violência, mas sim, as desigualdades. As resistências são organizadas nos novos espaços de intensidade onde explodem as lutas moleculares que são expressões das demandas do grande complexo de movimentos. A partir dos lugares parte a potência de novos sujeitos (mais hibridizados e menos presos ao paradigma do multiculturalismo e da identidade pós-moderna com suas etnizações e culturalismos). A subjetividade das margens internas e externas da produção das fronteiras deve ser lida por novas cartas de navegação. Novos mapas que emergem para

registrar e representar as dinâmicas dos corpos e dispositivos móveis e fixos, reortando a distribuição espacial pela dimensão dos fluxos.

Segundo Sandro Mezzadra, as novas cartografias registram e permitem perceber a dimensão espacial como o resultado das práticas, dos distintos tempos e modos de produção e uso de territórios, que são modificados sob o efeito de lutas ou dos conflitos de fronteiras. O pesquisador de relações internacionais e os tomadores de decisão das cúpulas estatais e corporativas buscam organizar as leituras sobre as transformações na ordem global em crise. Que devem ser lida pelo peso do recorte analítico com base na metodologia proposta por Mezzadra, a da fronteira como espacialidade conflitual que responde aos problemas de fragmentação na hiper/mega escala do global, que indica um caminho para tratar das relações materiais constituintes do corpo produtivo do trabalho vivo que nasce de um novo sujeito coletivo.

O poder de comando e controle do capital dependerá da capacidade de organizar interpretações consistentes, o que leva ao entendimento do posicionamento dos diferentes atores relevantes. O que passa pela análise crítica quanto ao uso de ferramentas e dispositivos cibernéticos, multi e hipermediáticos, que promovem uma explosão de trabalhos de coleta e tratamento de informações que acabam como novos hologramas. A perspectiva semiológica/semiótica orienta as práticas e estudos de fronteiras, de táticas, de conflitos para a análise das situações das correlações de força, que só podem ser descritas e analisadas por combinações de método.

A fronteira é um referencial cultural marcado pela questão das línguas e das políticas como tradução material das disposições e códigos de controle de subjetivações. A socialização ou fabricação dos tipos ideais de indivíduos adequados ao capitalismo globalizado depende da continuidade da reprodução do poder do Estado. A soberania fragmentada e (inter) dependente opera ao lado do condicionamento das potências estatais e corporativas, opera ao lado da dominação norte-americana, se apoia na força das redes transnacionais corporativas e das elites interligadas do mundo dos negócios, dos governos e da sociedade civil. A fronteira é método no terreno das tecnologias de conhecimento que precisam estar voltadas para combinar etnografias, cartografias, arqueologias e, principalmente, novas geografias. O enfoque do neoliberalismo como tecnologia é uma forma interessante de abordar a dimensão das fronteiras urbanas ampliadas pela imigração para as megacidades como na América Latina e principalmente na China (vide o neoliberalismo como tecnologia de A. Ong).

Leitura

O novo esquema de leitura proposto por Mezzadra se monta mediado pelo significativo fronteira, que é indispensável para a produção de uma disciplina como a sociologia da globalização, enquanto parte dos estudos de relações internacionais que tem por objeto a compreensão das diferentes estruturas e agenciamentos da condição humana na perspectiva planetária. O modo de furar as limitações retificadoras da adesão precipitada a um paradigma estático de entendimento da pós-modernidade, enquanto puro “simulacro” (BAUDRILLARD, 1978) ou como uma virtualização (LÉVY, 1996), se projeta nas consciências individuais de maneira quase metafísica. A leitura da transição caótica global pode ser feita pela reconstrução no plano conceitual de uma abordagem ontológica, pela sistematização dos estudos monográficos, monotemáticos e pelo estudo dos casos recortados segundo diferentes temas.

A leitura crítica da contemporaneidade pode ser iniciada por uma cartografia sensível aos processos de mobilidade, de fuga e de controle, pela ótica da noção de fronteira. Para realizar a leitura do panorama global contemporâneo é preciso usar as dimensões das metodologias complexas (das diferentes disciplinas sociais, humanas e ambientais) com seus diferentes mecanismos de registro e escuta das práticas e vozes dos corpos e mentes que produzem as mobilidades e resistências. O efeito epistemológico e político desse trabalho vêm contribuindo para evitar uma cristalização alienada da imagem fixa, de um cenário de derrotas (que acaba sendo um efeito talvez involuntário das leituras realizadas a partir das noções de vida nua e de “homo sacer” de Giorgio Agamben).

Por isso, podemos dizer que os intentos de ação emancipatória, ou de contra-hegemonia, devem ter a capacidade de se apoiar nas demanda por novos tratamentos para a questão dos direitos e das garantias de pertencimento para os sujeitos em movimento. O que se dá através da reflexão feita por Sandro Mezzadra para a identificação de uma metodologia que fala do conflito e da mobilidade nas fronteiras, que sugere ultrapassar a abordagem estática dessa noção como sendo um conjunto de pontos fixos. A territorialização sempre foi o resultado de alguma desterritorialização territorializada. A fronteira é parte da tentativa de explorar as condições e a riqueza do movimento do trabalho vivo para a produção do excedente, para um incremento das condições de manejo da distribuição das populações por zonas e territórios produtivos, com suas reservas e rejeitos como vimos na brutalidade da era dos extremos, no breve século XX de Eric Hobsbawm.

Método

A exposição dessa abordagem instigante e inovadora por Mezzadra situa a fronteira como um método (com toda a variedade semântica e a diversidade situacional que diferencia e relaciona “frontier”, “border” e “limits”, com suas diferentes traduções). O que permite o tratamento da questão do controle, da exceção e do excesso pela economia e a política dos novos espaços do capitalismo em rede. As formas de violência e as modalidades das diferentes tecnologias de captura, vigilância e segregação são geradas através de vetores de movimento. A combinação dos fluxos verticais e dos circuitos horizontais dos sistemas de objetos e dos sistemas de ação conforma os usos do território, define os contornos dos lugares que se estendem até os “confins”.

As metamorfoses dos aparelhos de produção das fronteiras pelos blocos dominantes são afetadas pelas forças sociais e pela inteligência em movimento, O proletariado, o precariado e o cognariado conformam as parcelas de um movimento de movimentos, de unidade na diversidade, pelo qual vão se identificando as margens de manobra de ação molecular para promover os “atos de cidadania” e as “ocupações” que driblam e surpreendem as máquinas de segregação para as margens e para os campos, num quadro de ações moleculares que foi denominado como de “biolutas” por Giuseppe Cocco.

Os movimentos vão se opondo aos efeitos dos filtros seletivos e hierarquizantes, aos regimes de subcontração e de vistos temporários, de usos, manipulação e criminalização dos clandestinos que se dá por meio de um elo entre a inteligência acadêmica e o intelecto coletivo dos sujeitos em movimento, que nos sugere a conformação de um horizonte de articulações e traduções programáticas, de uma contracibernética. A partir da montagem de um **bloco social e técnico** capaz de relacionar autonomia e autogestão por meio de novas tecnologias de organização e pela afirmação ao direito de produzir cidade.

O trabalho de crítica político educativo, é o nexa com o tema da construção das novas formas partido em rede, fundamentais para criar uma guerra de posição que acelerar a decomposição da estrutura de montagem das fronteiras. O ponto de partida se apoia nas pesquisas e na ação que vão mostrando, driblando, desvelando e enfraquecendo a função geral de vigilância; reduzindo o poder de controle social de tod@s. O bloco social e técnico tem a tarefa de abrir espaços, por meio da ação de tornar visíveis os aparatos que se legitimam pela via espetacularização, pela fabricação dos distintos medos apoiados nos discursos antropologizantes.

As tecnoestruturas e máquinas de esquadramento, judiciarização e encarceramento são apoiadas pelas ideologias de segurança, aos modos de exercício de formas de saber, de investimento simbólico, de reificação, de espetacularização de práticas de crueldade e violência legitimada. O sistema se apoia na racionalização (permitida pela razão cínica que maneja os descontentamentos e a precariedade dos “nacionais e cidadãos”) singularizada e produzida sobre o corpo, sobre os hábitos, sobre a sexualidade, atuando artificialmente na diferenciação dos migrantes.

Poder

Os eixos delineados por Sandro Mezzadra nos permitem situar a relação entre o campo teórico das RIs, nas suas diferentes vertentes, nos seus marcos disciplinares, na sua articulação com os temas das fronteiras. Partindo da correlação presente na dimensão que liga estudos biopolíticos com a recomposição social e técnica do capital, Mezzadra nos ajuda a trabalhar os elos indissociáveis, no sentido de K.Polanyi, que une os modos de governar e o modo de produção através das suas projeções espaciais. O que se dá de maneira intensiva nas fronteiras, nos regimes e máquinas que funcionam via sistemas de redes flexíveis e fluxos hegemônicos em nome da valorização abstrata e ilimitada do poder, do capitalismo tecnológico que não perde o elo com a retomada das formas originárias. Para manter os modos de apropriação do “comum” o sistema mundo se reproduz caoticamente alimentado pelas doutrinas de guerra e *cibersecurity*, para realizar os objetivos de (mais) poder.

Acompanhando Sandro Mezzadra podemos afirmar que na agenda atual das relações internacionais as questões colocadas nos planos da imanência, gerados pelos modos de subjetivação e pelas “governmentabilidades”, redefinem-se pelos contornos, limites e margens dos estudos críticos com base na noção de fronteira. Considerando *borders* como um ponto de condensação para abordar e situar as diversas interações e conflitos pelo poder transnacional, com seus elos nacionais e a sua incidência de lugar, como “espacialidades” e “globalidades” que se colocam como objeto de análise para o nosso campo de estudos.

Nas RIs colocamos em evidência as dimensões estruturais de economia política e a dimensão topológica das formas, através de estudos de caráter construtivista e pragmático capazes de desconstruir os discursos e classificar as práticas, presentes nos modos de governar e nas dimensões de subjetivação presentes na “cena contemporânea” (MARIÁTEGUI). Estrutura e agência na mundializa-

ção podem ser abordados desde a genealogia proposta pelos estudos de fronteira, conforme sugere Mezzadra.

Nossa sugestão desde a disciplina globalização da política é estabelecer pontes teóricas através dos estudos do desenvolvimento desigual sócio-espacial. Desatacamos algumas vertentes para abordar o espaço de formação do poder global:

A que parte do uso das categorias de produção social do espaço global e do choque e deslocamentos provocados pela centralidade das periferias, com destaque no estudo dos fenômenos territoriais, de região e dos estudos urbanos (Lefebvre, Sassen, Harvey, Soja, Santos, Haesbaert e Torres Ribeiro) as abordagens neogramscianas dos mecanismos de formação de ordens e institucionalidades apoiadas em blocos de forças transnacionais.

A que parte dos estudos das dinâmicas da recomposição social e técnica das relações de produção capitalista a partir da emergência do capitalismo cognitivo, do trabalho imaterial e das redes, da biopolítica, da multidão, do global e do comum. (Negri, Hardt, Virno, Cocco, Bifo, Marazzi, Lazzarato, Boutang e Mezzadra)

A que parte dos estudos da ordem securitária abordada por estudos que relacionam M.Foucault com P.Bourdieu, levando em conta globalização da vigilância (A.Matellart) com a miséria da ideologia da segurança e a constituição dos espaços e máquinas de controle (D.Bigo) (com destaque para a produção da Revista Cultures et Conflits).

Através da abordagem neo-gramsciana de Robert Cox, S. Gill para pensarmos a transformação da ordem internacional em conexão com as abordagens dos ciclos sistêmicos e do sistema mundo em I.Wallerstein e G.Arrighi.

Os estudos culturais, subalternos e feministas completam o quadro e são fortemente coincidentes com as abordagens que levam em conta os fenômenos culturais, a subjetividade a voz e a narrativa dos grupos sociais, das mulheres e dos homens que experimentam as tensões das violências e forças de desterritorialização, pela guerra, pelo meio ambiente, pelo sexismo e por razões materiais. Mas, principalmente por percepções que alimentam as vias de fuga e a produção do comum, o que está aí no sentido de abertura para a produção da vida, para a criação, próximo da falta, da falha que se liga ao conceito laciano de real.

Pesquisa

Os estudos críticos da fronteira podem ser uma chave para construir pontes entre os projetos de pesquisa dos mecanismos do poder mundial dentro de um quadro de análise de dimensões transformativas, de estudos de mobilidade

e conflito, projetados no espaço. Ampliando as possibilidades de gerar uma interação complexa e plural no que se chama a agenda de pesquisa em RIs (vide o painel recente para pensar o formato da linha editorial de IPS) podemos tratar com consistência epistemológica os elos e interfaces dos processos de transnacionalização. Podemos articular as leituras transversais que abordam elementos macro, meso e micro, que vão desde as doutrinas hegemônicas até as práticas cotidianas captadas nos estudos etnográficos. Os modos de governar são melhor observáveis e recebem melhor tratamento conceitual se temos em conta essa reconfiguração dos modos de classificar, mapear e interpretar a materialidade e a ideologia do poder. Os modos de reprodução e distribuição de poder e as constelações de práticas transnacionais, os processos das globalizações (Sousa Santos) são problematizados de maneira mais consistente nessa interdisciplina, das margens e fronteiras.

Os estudos críticos das fronteiras são articuladores de vários eixos de trabalho teórico metodológico que atravessam a pesquisa em RI. Os objetos das pesquisas são construídos mediante o uso crescente da noção nietzscheana de genealogia, aplicada pela necessidade de desvelamento das relações entre saber e poder. O que deve ser feito evitando-se a perda de consistência teórica, para o que é preciso fortalecer as práticas interdisciplinares no campo das RIs. A pesquisa genealógica a partir de noções como a de fronteira pode ser realizada mantendo-se os elos com as distintas ciências sociais. O estudo crítico das fronteiras deve ser realizado combinando o tratamento integrado das questões, problemáticas e hipóteses, manejando uma abordagem que leve em conta a complexidade presente nos fatos e objetos, cruzando as várias disciplinas como a economia, sociologia e história enquanto interfaces necessárias da ciência política do internacional, dentro do contexto da sua transformação como transnacionalização (modo atual de mundialização do capitalismo global).

As práticas de vigilantismo, o controle pelos Estados dos novos agenciamentos e capturas, do racismo e da etnização contrasta com emergência pontual de demandas por direitos. Os efeitos de lutas sociais e das ações e atitudes do trabalhador precário se afirmam como parte da sua presença na cidade, por meio de uma potencialidade subjetiva que se expressa em modos de vida que demandam mais reconhecimento. Mezzadra aborda em seus estudos as questões do biopoder, da emergência molecular dessa "multidão" da era pós-fordista. Situando na sua reflexão as diferentes modulações, intensidades e impactos entre a (in) tolerância, a assimilação e a eliminação, que envolvem as questões do "trabalho vivo", da migração e da subjetividade, do juvenil e do feminino, em contraste com as demandas clássicas. No Norte e no Sul globalizado podemos perceber a força me-

todológica da referência às fronteiras desde o quadro inaugurado pelo importante conceito, elaborado por Mezzadra, do “direito de fuga” que foi construído pela observação no laboratório vivo das novas dinâmicas espaciais e na leitura histórica das lutas por liberdade e igualdade por dos sujeitos do trabalho vivo.

No plano da fabricação dos espaços temos a percepção dada desde a dimensão da subjetividade, que vê se definirem os contornos genealógicos das contradições da mobilidade, como questionamento da perspectiva orgânica universal inscrita no welfare state e no compromisso salarial fordista. A implosão do conceito e do imaginário relacionado com a cidadania liberal-democrática é atravessada pelas vertigens institucionais como as experimentadas atualmente nas cidades italianas. A crise das formas de representação e dos Estados nacionais pode ser vista em todos os lugares pelos seus desdobramentos, desde o final dos anos 60. A crise de longa direção que vem se desdobrando pelas metamorfoses da fronteira europeia como região do capitalismo global. Hoje as contradições do desenvolvimento desigual do capitalismo global se dão pelas superfícies enrugadas, pelas barragens e travessias que se intensificam na fronteira do espaço mediterrâneo.

Movimentos

Sandro Mezzadra cita os contextos e conflitos explosivos da Espanha e da Grécia, numa narrativa que fala da transformação do estatuto e da função do trabalho migrante ao longo da história europeia. Do seu caráter complementar e institucional nas relações entre Alemanha e migração turca, até as diversas formas e linhas atuais de conflito no contexto da desconstrução e desfiliação de direitos, que envolve e relaciona precarização com presença de clandestinos. O período é de transição e experimentação de modos de filtragem por via de quotas e regimes temporários, onde se percebe novas presenças das figuras sociais de luta, que reivindicam a reinvenção da polis e o direito à cidade, com a mobilização de contingentes massivos de pessoas que vieram de países como o Senegal e que se afirmam no espaço público e comunicacional como cidadãos de Bolonha.

A circulação do capital e mobilidade das pessoas geram diferentes processos de apropriação e restrição de um lado, mas com horizontes potenciais de luta emancipatória como foi visto no May Day de 2006 nos EUA. Quando vimos os movimentos de massas de trabalhadores e comunidades de origem latino-americana fazer um grande movimento de protesto por direitos e contra as ações repressivas policiais e judiciais das autoridades. Questionando os limites da abordagem

e do formato estrito do regime neoliberal de gestão da fronteira, com seus atravessamentos que redefinem e aprofundam a crise e transição no sistema mundo.

Na sua reflexão Mezzadra questiona o uso de uma abordagem cristalizada e equivocada das categorias ligadas ao quadro jurídico do estatuto oficial da cidadania. Para o que sugere uma abordagem processual e ou de emergência de um novo direito à cidade, que parece ser um horizonte para pensarmos uma via crítica social que recoloca a emancipação na relação com novos possíveis. Na conjuntura em que os movimentos de ocupações e as lutas urbanas locais precisam projetar um horizonte de projetos globais, que desnaturalizem conceitos e percepções derrotistas e imobilistas com base na mobilidade e criatividade das narrativas das resistências e dos modos de reprodução da vida de que são portadoras as populações e grupos sociais de mulheres e homens migrantes.

A proposta de Mezzadra tem essa dimensão de produção de política, apoiada na inquietude da reflexão teórica crítica que exige pensar a superação da lógica capitalista. A relação entre intelectual e classe subalternas é de implicação, para a produção do trabalho acadêmico em consonância com o contexto das resistências e das demandas das multidões que produz as singularidades de um conjunto de aspirações, de um conjunto de riquezas, conhecimentos e relações que são força social e produtiva da metafilosofia cotidiana do resíduo de que falava Henri Lefebvre.

Autonomia

Na nova conjuntura de lutas merece destaque o peso da produção de uma contraespacialidade subjetiva, de um excesso positivo de riquezas culturais geradas pelos grupos sociais subalternos, que é observável nas práticas territoriais por meio de ações cotidianas dos migrantes, principalmente das mulheres jovens. O resultado pode ser avaliado pelas conquistas de lugares, sustentados pelas táticas e tecnologias sociais produtivas de usos e acessos ao território incidindo na direção dos modos de distribuição dos bens e políticas públicas, mesmo que dentro do novo espírito da gestão capitalista da "cidade de projetos" de que nos falamos Boltanski e Chiapello.

Numa direção mais autônoma de ações por parte dos grupos sociais subalternos, cujos movimentos podem ser inscritos na dinâmica imanente dos sujeitos emergentes destacada por uma afirmação chave de Mezzadra. Aquela que parte da ideia de autonomia relativa da mobilidade do corpo coletivo dos migrantes como dimensão produtiva de modos de vida e, como objeto da cobiça e captura do capitalismo global para gerar mais-valia social nos distintos territórios.

A complexidade e as contradições sócio-espaciais, existenciais, culturais e políticas da mobilidade do capital, das expulsões e das fugas coloca a fronteira de lutas dentro dos espaços da fábrica global, no planeta urbano, nas megacidades. Por isso Mezzadra se aproxima dos fenômenos e dos horizontes da nossa reflexão sobre a centralidade da periferia, entendida numa forma espacial diversificada como fronteira interna, um fenômeno geográfico e topológico que expressa a proximidade, produtiva e de lutas, de geração de mais-valia e de demanda por participação e mesmo e por ruptura a partir de sua própria dinâmica e presença como força instituinte.

As questões apresentadas por Mezzadra permitem situar os conflitos e regime de fronteira no sentido das formações institucionais em mutação na relação com as práticas e conflitos globais que se estruturam no espaço urbano global. Pensar as distintas relações sociais no urbano e da reinvenção e redefinição da identidade das cidades, onde os movimentos de luta podem se aproximar na constituição de práticas de afirmação do poder constituinte. A sociologia da globalização de que nos fala Saskia Sassen se aproxima da mesma questão, assim como muitas das reflexões da geografia crítica em espacial de David Harvey, a da constituição de espaços de esperança, de autonomia e de direitos, no dizer de Mezzadra de um direito a produzir cidade.

Conclusão

O direito à cidade como forma de articulação de forças sociais contra-hegemônicas em uma perspectiva de articulação sócio-espacial, política, cultural e ambiental que vá para além do contexto fragmentado e precarizador das relações sociais dominantes nos distintos contextos urbanos impactados pelos fluxos do capital e ações imperiais globalitárias. Romper com a fragmentação descrita pela chamada modernidade líquida na perspectiva de um movimento de pluralidades que se projeta desde o resgate de práticas espaciais, disputam e articulando os modos críticos e políticos adequados para abordar a reprodução social e as tecnologias de poder nas cidades globais, nas megacidades, no planeta favela, na era urbana. Nessa rápida tentativa de aproveitamento da leitura e discussão com Sandro Mezzadra procuramos identificar os elementos que permitem abordar aspectos decisivos da produção social do espaço global para pensar a espacialidade urbana no que interessa para pensarmos colitos e mobilidade nos BRICS enquanto resultado de movimentos sócio-espaciais de grande escala.

A partir da metodologia crítica dos estudos sobre as transformações sócio-espaciais, onde se destaca a noção ampliada e complexa de fronteira, pode-

mos articular a leitura crítica do planejamento urbano e regional, das distintas disciplinas espaciais, da sociologia urbana e dos estudos sobre o sistema mundo, na sua relação com os processos constituintes de novos sujeitos da emancipação pela via do novo direito à cidade, a partir de uma força de mudança que se constitui na relação entre práticas de mobilização social e produtiva e novos fenômenos da espacialidade periférica, do espaço que concretiza fronteiras e limites de produção e luta numa era em que o dentro e fora e os regimes de soberania se ligam com conflitos e aspirações singulares e difusos de mobilidade, onde a vigilância o controle e o aniquilamento se colocam diante de modos de afirmação de direitos e produção de espaços que redefinem o alcance do direito à cidade. Na fronteira como método, na migração como fenômeno de autonomia e na mobilidade do direito de fuga temos as pistas para pesar ao retorno ao espaço e os estudos e análises críticas do urbano e das suas implicações para as formas de governo e as relações entre as distintas práticas de resistência, nas abordagens complementares que implicam repensar os aspectos transnacionais, destacados por Sandro Mezzadra, da questão das soberanias na relação com as dimensões plurais da mundialização.

Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *Qu'est-ce que le contemporain?* Paris: Editions Payot & Rivages, 2008.
- BIGO, Didier; BONELLI, Laurent; DELTOMBE, Thomas. *Au nom du 11 septembre...les démocraties à l'épreuve de l'antiterrorisme*. Paris: Éditions La Découverte, 2008.
- BOUTANG, Yann Moulier. *De l'esclavage au salariat. Économie historique de salariat bridé*. Paris: PUF, "Actuel Marx", 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mille plateaux*. Paris: Les Éditions de Minuit, 1980.
- COCCO, Giuseppe; Albagli Sarita (orgs.). *Revolução 2.0: e a crise do capitalismo global*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.
- GILL, Sthepen (org). *Gramsci, materialismo histórico e relações internacionais*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Commonwealth*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2009.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- HESS, Remi; DEULCEUX, Sandrine. *Henri Lefebvre. Vie.Oeuvre.Concepts*. Paris: Ellipses, 2009.

- HOBSBAWM, Eric. *Era dos extremos. O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ed. Paris: Anthropos, 2000.
- MARIÁTEGUI, José Carlos Lima. Minerva. *Obras Completas* na internet: http://www.patriaroja.org.pe/docs_adic/obras_mariategui/index.htm
- MATTELART, Armand. *La globalization de la surveillance*. Paris: La Découvert, 2007/2008.
- MEZZADRA, Sandro. *Direito de Fuga*. Lisboa, Edições Unipop, 2012
- POLANYI, Karl. *A grande transformação. As origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus, 2 ed., 2000.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Anpur-Letra Capital, 2012.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Edusp, 5ed, 2008.
- SASSEN, Saskia. *Critique de l'État. Territoire, autorité et droits de l'époque médiévale à nos jours*. Paris: Le Monde Diplomatique-Demópolis, 2009.
- SOJA, Edward. *Geografia pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.
- VIRILIO, Paul. *Velocidade e Política*. São Paulo: Estação Liberdade, 1996

■.....**Pedro Cláudio Cunca Bocayuva** é professor do IRI/PUC-Rio, Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre desenvolvimento urbano e sustentabilidade do Centro de estudos dos Países BRIC. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR-UFRJ).